



Senado cobra esclarecimentos sobre assassinato de Marielle

No Plenário, senadores fizeram minuto de silêncio em homenagem à vereadora e ao seu motorista. Crime foi classificado como atentado à democracia

Senadores fizeram um minuto de silêncio na sessão de ontem em homenagem à vereadora Marielle Franco e ao motorista Anderson Gomes, assassinados na quarta-feira, no Rio de Janeiro. Eles classificaram o crime como um atentado à democracia e exigiram que a apuração seja firme e rápida.

Por iniciativa do vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores, Jorge Viana, o colegiado aprovou voto de pesar às famílias de Marielle e de Anderson. Assinado por todos os parlamentares da comissão, o texto trata a morte como execução e também cobra esclarecimentos. **3**



Na sessão presidida por Cássio Cunha Lima, Cristovam (D) se solidariza com Lindbergh, que classificou o assassinato de Marielle como um atentado à democracia



Fotos: Pedro Franco/Agência Senado e Renan Otaz/CNR

Ceará terá centro de combate ao crime organizado

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem da cerimônia de criação da primeira unidade do Centro Integrado de Inteligência

em Fortaleza, dedicada a combater o crime organizado. Ao todo, o Brasil terá cinco unidades desse tipo, que se reportarão a uma sede nacional,

em Brasília. Além de Eunício, participaram do evento o ministro Raul Jungmann e o governador Camilo Santana, entre outros. **2**



Eunício Oliveira discursa no lançamento da unidade nordestina do Centro Integrado de Inteligência, em Fortaleza



Hélio José (C) entre representantes de entidades de defesa de doentes renais

Doentes renais crônicos querem benefícios da Lei de Inclusão

Doentes renais crônicos, que enfrentam limitações no dia a dia e têm dificuldades para se manter no mercado de trabalho, querem ser reconhecidos como pessoas com deficiência para que passem a ter direito aos benefícios garantidos na Lei Brasileira de

Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. O pedido foi feito pelo presidente da Federação das Associações Renais e de Transplantados do Brasil, João Adilberto Xavier, em audiência realizada ontem na Comissão Senado do Futuro. **4**

Definido plano para MP que cria fundo ambiental

O plano de trabalho da comissão mista que analisa a MP sobre a criação de um fundo para gerir a compensação ambiental foi aprovado na quarta-feira. O relator, Jorge Viana, pretende apresentar seu parecer no dia 3 de abril. Cerca de R\$ 1,2 bilhão poderá ser usado, por exemplo, no financiamento das unidades de conservação. **2**

Prorrogado incentivo para informática

A vigência da medida provisória que incentiva a inovação em informática foi prorrogada por 60 dias.

A MP amplia para 48 meses o prazo para as empresas nacionais de informática beneficiadas com incentivos fiscais relativos a pesquisa reinvestirem valores não aplicados. O prazo anterior era de três meses. **2**

Comissão pedirá CPI para investigar setor elétrico

A Comissão de Direitos Humanos decidiu ontem que pedirá ao presidente do Senado, Eunício Oliveira,

a criação de uma CPI para investigar o setor elétrico. O requerimento foi aprovado ontem, quando a comissão

fez uma audiência em que os debatedores disseram que a privatização da Eletrobras será prejudicial aos brasileiros. **4**



Paulo Paim conduz audiência pública: críticas à privatização da Eletrobras e pedido de CPI do setor elétrico

Comissão de MP sobre fundo ambiental aprova calendário

Medida provisória que permite a criação de fundo com recursos arrecadados em compensações ambientais deve ser votada em abril, prevê colegiado misto responsável pela análise do texto

A COMISSÃO MISTA que analisa uma medida provisória sobre a criação de um fundo para gerir a compensação ambiental pretende votar o texto no início de abril. Na quarta-feira, o colegiado aprovou o plano de trabalho.

A MP 809/2017 autoriza o Instituto Chico Mendes (ICM-Bio) a selecionar um banco público para criar e gerir o fundo de recursos arrecadados com compensação ambiental. Cerca de R\$ 1,2 bilhão poderá ser usado, por exemplo, no financiamento das unidades de conservação.

O relator, senador Jorge Viana (PT-AC), pretende apresentar seu parecer no dia 3 de abril. A MP só perde a validade em 13 de maio, mas a intenção é ganhar tempo na comissão mista e evitar atropelos na análise do texto nos Plenários da Câmara e do Senado, sobretudo diante do calendário eleitoral e dos feriados da Semana Santa e do Dia do Trabalho.

Viana quer ouvir em audiência representantes da sociedade civil e de órgãos ligados ao tema, como ICMBio, Ibama e Ministério de Minas e Energia.

— Vamos ouvir as entidades da sociedade civil e os órgãos oficiais e aí poderemos preparar o relatório e encaminhá-lo aos colegas, para tentar chegar ao dia 3 com a possibilidade de apreciar na comissão.

O presidente da comissão, deputado Assis do Couto (PDT-



Roque de Sá/Agência Senado

Relator da MP, Viana pretende apresentar seu parecer no dia 3 de abril

-PR), informou que a rapidez na tramitação não impede a realização de outras atividades individuais dos parlamentares. Para o dia 23, por exemplo, ele já agendou reunião com dirigentes e servidores do ICMBio em Foz do Iguaçu (PR).

— Nas emendas aparecem questões como maior abertura dos parques nacionais, a questão das concessões. Então, os parlamentares podem fazer atividades em seus estados, próximos de suas realidades, para trazerem essas contribuições ao relator.

Emendas

Ao todo, a MP recebeu 31 emendas de parlamentares. O deputado Nilto Tatto (PT-SP) manifestou preocupação com o risco de fragilização das atividades do ICMBio a partir da contratação de funcionários temporários. Jorge Viana garantiu que só vai acolher

emendas afinadas com o propósito da MP de melhorar a gestão das unidades de conservação. Ele antecipou que a medida também poderá ajudar a Funai a superar dificuldades operacionais, sobretudo nas regiões mais afastadas.

— As frentes de proteção de índios isolados estão fechadas. Eu vou visitar a unidade de proteção integral do Rio Chantless, na cabeceira do Purus, no Acre. Como é que se coloca um funcionário público lá, com dias de viagem? Não há possibilidade. Temos que contratar temporariamente pessoas locais, sem criar vínculo.

O texto original da MP também amplia de seis meses para dois anos o tempo máximo de contrato que o ICMBio e o Ibama podem firmar com brigadistas para combater incêndios florestais e atuar na preservação de áreas.

Com Agência Câmara

Prorrogada MP que incentiva inovação em informática

Foi prorrogada por 60 dias a vigência da medida provisória que incentiva a inovação em informática. O ato do Executivo que prorrogou a MP 810/2017 foi publicado ontem no *Diário Oficial da União*.

A medida amplia para 48 meses o prazo para as empresas brasileiras de informática beneficiadas com incentivos fiscais relativos a pesquisa

e desenvolvimento (P&D) reinvestirem valores não aplicados. O prazo anterior era de três meses.

Para isso, o texto altera as Leis 8.248 e 8.387, ambas de 1991, que concedem incentivos a empresas de tecnologia da informação e de comunicação que investirem 5% do faturamento bruto em P&D. As novas regras reduzem esse

percentual para até 2,3%.

O texto está atualmente sendo analisado por uma comissão mista. O presidente do colegiado é o senador Paulo Rocha (PT-PA) e o relator é o deputado Thiago Peixoto (PSD-GO). Na quarta-feira, a comissão realizou uma audiência pública sobre a MP, que foi elogiada por representantes de institutos de pesquisa.

Eunício participa de lançamento de centro de inteligência contra crime

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou ontem da cerimônia de lançamento do Centro Integrado de Inteligência do Nordeste, em Fortaleza.

É a primeira das cinco unidades que serão implantadas no país e integradas a um centro nacional, em Brasília, para combater o crime organizado.

A cerimônia foi realizada no Palácio da Abolição, sede do governo cearense, e contou com a presença

do governador do estado, Camilo Santana, do ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, e do diretor-geral da Polícia Federal, Rogério Galloro, entre outras autoridades.

A escolha do Ceará para sediar o centro do Nordeste recebeu o apoio dos governadores da região, reunidos no dia 6 em Teresina. A decisão foi justificada pela localização estratégica do estado.

Da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Marta sugere a Anac protocolo em caso de mulher molestada

A senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) sugeriu que a Anac estabeleça ou force as aéreas a organizar um protocolo a ser cumprido em casos de molestamento de mulheres.

Marta é autora de um projeto de lei que cria o crime de molestamento sexual (PLS 312/2017).

A senadora se referia ao caso de Vitória, que sofreu assédio num voo no domingo. Um homem se sentou ao seu lado e se masturbou por cima da calça e, mesmo com as imagens do celular, a tripulação não agiu, não afastou o molestador nem o encaminhou à delegacia para lavrar boletim de ocorrência após o pouso do avião.

— As mulheres não permitem mais esse tipo de abuso — afirmou a senadora.

Cidinho pede pressa em análise de vetos sobre Funrural

Cidinho Santos (PR-MT) cobrou urgência do Congresso para a análise dos vetos presidenciais à lei que trata do Funrural e ao programa de refinanciamento de dívidas das pequenas e microempresas.

O senador pediu que os vetos sejam analisados antes de 10 de abril, para quando há sessão do Congresso agendada. A adesão ao Funrural tem que ser feita até 30 de abril pelos produtores rurais.

A Frente Agropecuária defende a derrubada de dois vetos principais: o que anulou o perdão integral de multas e encargos sobre o saldo das dívidas e o que impediu a redução das contribuições dos empregados à Previdência.



Moreira/Anac/Agência Senado

AGENDA A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

PLENÁRIO Sessão não deliberativa
9h Sessão de pronunciamentos dos senadores e avisos da Mesa.

CDH Carga tributária
9h30 Audiência interativa sobre carga tributária, com foco no aspecto social.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **PLENÁRIO**:
<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **COMISSÕES**:
<http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Assassinato de vereadora mobiliza senadores

Plenário do Senado homenageia Marielle Franco com um minuto de silêncio. Senadores classificam crime como atentado à democracia

O ASSASSINATO DA vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e do seu motorista, Anderson Pedro Gomes, na noite de quarta-feira, no Rio de Janeiro, mobilizou o Plenário na sessão de ontem. Os senadores classificaram o crime como “atentado à democracia” e homenagearam as vítimas com um minuto de silêncio e voto de pesar.

Lindbergh Farias (PT-RJ) lamentou que Marielle, uma lutadora em defesa dos vulneráveis, jovens negros e moradores da favela, tenha sido a mais recente vítima da guerra instaurada no estado. Para ele, a vereadora morreu porque defendia os seus, falava da vida nas favelas, denunciava o que estava acontecendo de errado e mostrava que a vida de um jovem negro morador da favela hoje vale pouco.

— A dor é muito grande. É um atentado à democracia. Eles não têm medo. Estou muito abalado, porque sei o que Marielle representava.

No comando da sessão, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) exigiu que a apuração seja firme e célere.

— É uma exigência do Senado que tenhamos uma apuração e investigação rigorosas. E que os responsáveis sejam punidos de forma exemplar — defendeu.

A vereadora era socióloga, nascida e criada no complexo de favelas da Maré e trabalhou com o deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL). Foi a quinta vereadora mais votada no Rio de Janeiro em 2016.



Um minuto de silêncio no Plenário: Ana Amélia, Cristovam Buarque, Lindbergh Farias e José Medeiros participam da sessão que homenageou Marielle

Comissão defende apuração rigorosa da morte de Marielle Franco

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) aprovou ontem voto de pesar às famílias da vereadora Marielle Franco e de seu motorista. A iniciativa partiu do vice-presidente do colegiado, senador Jorge Viana (PT-AC).

O voto, assinado por todos os integrantes da comissão, trata o assassinato como uma execução e menciona o ativismo da vereadora em favor dos direitos de moradores de favelas no Rio de Janeiro.

O texto aprovado também destaca o ativismo de Marielle em favor das causas feministas e antirracistas, qualifica a morte como “um atentado à democracia” e pede apuração rigorosa para o esclarecimento do crime.

— Era uma jovem de 38 anos, uma socióloga advinda

da Favela da Maré, que é uma das áreas mais violentas do Rio. Era a relatora da comissão criada para fiscalizar as operações policiais, após o início da intervenção no Rio, e recentemente havia

questionado o assassinato do jovem Matheus Melo, vítima de uma milícia após sair da igreja. Ela perguntou: quantos jovens terão que morrer até que se acabe a guerra aos pobres? —

afirmou Viana.

O presidente da CRE, senador Fernando Collor (PTC-AL), estendeu o voto de pesar aos movimentos sociais dos quais a vereadora fazia parte.



Presidente da comissão, Collor estendeu o voto de pesar aos movimentos sociais ligados à vereadora

Vereadora é mártir da guerra civil no país, afirma Cristovam

Cristovam Buarque (PPS-DF) acredita que a vereadora Marielle Franco já se tornou uma mártir no cenário de guerra civil que toma conta do Rio. O crime não pode ficar impune; se isso ocorrer, terá sido o fracasso da intervenção militar que vigora na capital fluminense, disse.

Na opinião do senador, o assassinato da vereadora feriu a democracia brasileira e a escalada da violência ganhou contornos políticos:

— A homenagem que fazemos no Senado é também à democracia. A luta pela apuração e punição dos criminosos não é só pelas famílias das vítimas, mas pelo Brasil. Todos hoje somos PSOL. Ela foi mártir da guerra civil brasileira.

Jorge Viana pede que Polícia Federal conduza investigação

Jorge Viana (PT-AC) defendeu uma atuação da Polícia Federal (PF) diretamente na investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco, no Rio de Janeiro. Ele sugeriu que o Senado peça ao governo a ação da PF, ainda que o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, já tenha anunciado que isso ocorrerá.

— Uma parlamentar foi assassinada. A democracia foi atingida. Todos os parlamentares do Rio de Janeiro estão em risco — afirmou.

Para Viana, o crime pode ter sido o começo de uma ação mais ousada de milícias e organizações criminosas. O senador também lamentou o fato de o crime ter ocorrido em março, Mês das Mulheres.

Para Marta, ataque foi resposta à postura política da vítima

A morte da vereadora Marielle Franco foi um ataque à intervenção federal e às posições políticas da ativista, avaliou Marta Suplicy (PMDB-SP).

Para a senadora, que manifestou solidariedade às famílias de Marielle e de Anderson Pedro Gomes, os assassinatos serão um “divisor de águas” no combate à criminalidade no país.

— Marielle era jovem, negra, política, determinada e defensora dos direitos humanos. Nós acompanhamos diariamente tiros, crimes, assassinatos horríveis contra mulheres e homens. Esse ato é uma provocação — afirmou.



Pedro Franco/Agência Senado

Paim cita feminicídio e pede justiça imediata e rigorosa

Paulo Paim (PT-RS) lamentou o fato de haver extermínio de mulheres no Brasil numa época em que o mundo clama pelo empoderamento feminino. No Plenário, ele afirmou ontem que o país pede justiça imediata e rigorosa para que o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco não entre nas estatísticas da impunidade. Paim lembrou que, entre março de 2016 e março de 2017, houve no país oito casos por dia de feminicídio.

— O Brasil amanheceu mais uma vez com o gosto do sal da morte nos dentes. É o estalo de osso sendo quebrado. É uma realidade que, há décadas e décadas, pinga de sangue a geografia do nosso país — disse o senador.

Ana Amélia cobra resposta rápida das autoridades

Ana Amélia (PP-RS) cobrou ontem resposta imediata das autoridades que comandam a intervenção na segurança pública do estado do Rio de Janeiro diante do assassinato da vereadora e ativista dos direitos humanos Marielle Franco.

Para a senadora, o ato foi claramente planejado e revela o grau de perigo que as instituições e a população correm. Ana Amélia classificou a ação de “provocação” e “atentando contra a democracia”:

— Espero que haja uma investigação rigorosa para que o mais rápido possível saibamos a origem e os responsáveis por esse crime bárbaro contra uma parlamentar, que morreu por uma causa.

Debate cobra classificação de doença renal como deficiência

Representantes de entidades reivindicaram ontem em audiência, que, em razão das limitações provocadas pela insuficiência crônica dos rins, as pessoas com a doença possam ter os direitos previstos na Lei Brasileira de Inclusão

OS DOENTES RENAIIS crônicos enfrentam inúmeras limitações na vida e no mercado de trabalho em razão de seus problemas de saúde, mas não têm os benefícios garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão, disseram ontem os participantes de audiência na Comissão Senado do Futuro (CSF). A intenção das entidades de defesa desses doentes é que eles sejam reconhecidos como pessoas com deficiência.

— Estamos tentando fazer o doente renal e o transplantado terem o direito de ser reconhecidos como pessoa com deficiência, simplesmente isso, para que tenham um processo normal de vida, de cidadão, com dignidade — explicou o presidente da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (Farbra),

João Adilberto Xavier.

O estatuto define como pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade. O problema, de acordo com Xavier, é que o critério previsto para avaliar a deficiência é o biopsicossocial, e não o patológico.

— É uma tragédia nacional quando há milhares de pessoas ligadas a uma máquina de hemodiálise, três vezes por semana, quatro horas por dia e elas continuam invisíveis para a sociedade — lamentou.

Hélio José (Pros-DF), presidente da CSF, se comprometeu a elaborar um projeto para resolver a questão.

Para a representante da Coordenação Geral de Atenção Espe-

cializada do Ministério da Saúde Jaqueline Misael, os principais fatores de risco para a doença renal crônica (DRC) são o diabetes e a hipertensão. No Brasil, 50 a cada 100 mil pessoas têm DRC. Desse total, 85% são atendidos exclusivamente pelo SUS. Cerca de 150 mil brasileiros dependem de terapia renal substitutiva, como hemodiálise.

A nefrologista Lúvia Cláudio citou estudo feito nos Estados Unidos com crianças e adolescentes que faziam hemodiálise mostrando que o impacto da DRC na qualidade de vida é tão grande quanto o causado pela amputação de dois membros e maior que o relatado por crianças com outras deficiências graves.

O médico Mário Ernesto Rodrigues, da Sociedade Brasileira de Nefrologia, lembrou que, por precisarem se afastar do trabalho durante várias horas por semana, os pacientes com DRC enfrentam dificuldade de contratação na iniciativa privada. Nos concursos públicos, normalmente são reprovados nos exames médicos para as vagas regulares, mas não se enquadram na cota para deficientes.

A representante do Sistema Nacional de Transplante do Ministério da Saúde Patricia Freire afirmou que a DRC debilita bastante o indivíduo, incapacita, fragiliza e causa um grande impacto na capacidade física.



Paim (3º à dir.) conduz audiência sobre setor elétrico

Comissão vai pedir criação de CPI para investigar setor elétrico

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) vai pedir ao presidente do Senado, Eunício Oliveira, a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) sobre o setor elétrico. O requerimento foi aprovado ontem, durante uma audiência pública na comissão sobre a privatização do setor.

Na avaliação do senador Hélio José (Pros-DF), que solicitou a CPI, a privatização vai prejudicar os brasileiros:

— É uma situação que vai impactar o Brasil de norte a sul, aumentar uma tarifa que já é cara. O presidente da Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica] deixou claro que não tem como não haver aumento tarifário caso a privatização ocorra.

O representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na audiência, Thiago Alves da Silva, afirmou que a privatização do setor elétrico vai trazer prejuízos para as populações e o país.

— Em todas as nossas experiências de transferência de negociação do Estado para as empresas, tivemos uma piora extraordinária. É a entrega da nossa soberania, inclusive sobre as nossas águas.

Também preocupado com a soberania das nações, o representante do Movimento dos Atingidos por Represas na Venezuela, Gilbertson Heredia, afirmou que existe uma política neoliberal com a intenção de controlar todas as empresas estratégicas na América Latina, como as do setor elétrico.

A CDH também discutiu o papel dos sindicatos para a preservação da democracia no Brasil.



Hélio José (C) no debate com Xavier, Rodrigues, Patricia Freire e Jaqueline Misael

Lúcia Vânia defende atualização do marco legal de agências reguladoras

Lúcia Vânia (PSB-GO) defendeu proposta que trata da Lei Geral das Agências Reguladoras.



Márcio Matiz/Agência Senado

a Eletrobras faz o texto ainda mais importante.

— Antes da privatização, o projeto deveria ser aprovado na Câmara e convertido em lei.

O ambiente de regulação está desvirtuado e a proposta é importante para estabelecer mais qualidade nas agências, afirmou a senadora.

O PLS 52/2013, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), foi aprovado no Senado em 2016 e hoje tramita na Câmara, explicou a senadora. Para ela, o anúncio da intenção do governo de privatizar

Paim pede serviços de qualidade ao consumidor e faz alerta sobre água

Ao registrar o Dia Internacional do Consumidor, comemorado ontem, Paulo Paim (PT-RS) lembrou a longa luta dos brasileiros por produtos e serviços de qualidade.

Segundo o senador, a legislação avançou, por exemplo, com o Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078), de 1990.

— A pressão popular que exige melhorias,

mais discussões e melhores regras é o motor do movimento.

Na quarta-feira, Paim demonstrou preocupação com a escassez de água no planeta. Segundo ele, estima-se que 40% da população global viva em condição de estresse hídrico, situação que, para as Nações Unidas, deverá se agravar em pouco tempo.

Raupp diz que MP deu agilidade à regularização de terras no país

Valdir Raupp (PMDB-RO) informou que o governo federal vai entregar a titulação de 90 mil lotes urbanos e rurais em todo o Brasil. Em Rondônia, serão 1,3 mil terrenos, titulados pelo Incra e pelo Programa Terra Legal.

Ele elogiou o governo Temer e informou que



Pedro Franço/Agência Senado

a emissão de títulos definitivos de domínio no ano passado foi dez vezes maior que a média anual de 2003 a 2016. Segundo o senador, foram entregues 26,5 mil títulos em 2017.

Para Raupp, a situação melhorou após a MP 759/2016, que permitiu a modernização da regularização fundiária no país.

Collor destaca relatório que cita seu governo como exemplo

Fernando Collor (PTC-AL) destacou relatório do Banco Mundial que reconhece como corretas e inéditas as medidas de abertura do comércio brasileiro implantadas por ele, como presidente da República, a partir de 1990, especialmente pelo forte impacto que tiveram no aumento da renda da população mais pobre.

O documento destaca as políticas de exportação e a redução das tarifas de importação sobre os alimentos, que preservaram a competitividade do mercado e possibilitaram o aumento da produtividade.

— Tudo isso impulsionou a economia, gerou empregos, aumentou a renda média e diminuiu a desigualdade social.

Condenação sem provas será injustiça contra Lula, afirma Regina

Regina Sousa (PT-PI) afirmou na quarta que o Brasil cometerá uma injustiça se Lula for preso.

Para a senadora, não há provas contra o ex-presidente nos processos.

Para a senadora, o juiz Sérgio Moro condenou Lula alegando que seria uma “condenação por convicção”, o que,



Márcio Matiz/Agência Senado

segundo ela, abre precedente para que juízes condenem sem provas.

— Qualquer juiz, da menor e mais longínqua comarca, vai poder usar esse dispositivo. E, como o Judiciário atingiu um grau de politização inimaginável, vai se abrir uma porteira de perseguição política e pessoal.

José Medeiros quer solução para estrada e para filantrópicas em MT

José Medeiros (Pode-MT) informou que atua pela realização de uma reunião em Cuiabá, com a bancada estadual e autoridades do governo de Mato Grosso, com o objetivo de efetivar os repasses orçamentários às entidades filantrópicas na área de saúde.

— As santas casas mendigam, mas são quem salva a lavoura na saúde

dos municípios.

O senador também lamentou a situação da BR-163, que liga o estado ao norte do país e é fundamental para o escoamento da produção. Medeiros disse que a rodovia vem passando por mais uma interdição e que as obras de duplicação encontram-se paralisadas, mas mesmo assim são cobrados pedágios.